

**POLICIAMENTO DE MANIFESTAÇÕES:**

A Repressão Policial na Primavera Secundarista em São Paulo

Bianca Isabel Lombarde Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:**

A repressão policial às manifestações entrou em pauta nas pesquisas acadêmicas brasileiras a partir da série de protestos em junho de 2013, responsável por consolidar uma sistemática de violações contra manifestantes. Como resultado da impunidade e da sofisticação das técnicas de repressão nas ruas, esse cenário se repetiu na “Primavera Secundarista”, nome dado às manifestações e ocupações dos estudantes secundaristas contra o projeto de reorganização escolar paulista. Em duas semanas, foram contabilizadas mais de 200 escolas sob controle estudantil no Estado de São Paulo. Esta pesquisa busca analisar as violações à liberdade de expressão e como a Polícia Militar cumpre com suas prerrogativas perante os cidadãos, que vão às ruas reivindicar direitos e contestar decisões políticas de seus representantes<sup>2</sup>.

**Palavras-chave:** Polícia – Manifestações – Repressão – Estudantes.

**ABSTRACT:**

The police repression on demonstrations was in Brazilian academic research after the series of protests in June 2013, responsible for consolidating a system of violations against demonstrators. As a result of the impunity and sophistication of repression techniques on the streets, this scenario was repeated in “Spring Secondary”, a name given to the demonstrations and occupations of secondary students against the school reorganization policy in São Paulo. In two weeks, more than 200 schools were registered under student control in the State of São Paulo. This research seeks to analyze violations of freedom of expression and how the Military Police fulfills its prerogatives to citizens, who go to the streets to claim rights and contest political decisions of their representatives.

**Keywords:** Police – Demonstrations – Repression – Students.

**INTRODUÇÃO**

No âmbito internacional, o Brasil é o país que obteve o 2º maior retrocesso nas garantias da liberdade de expressão nos últimos três anos, segundo organização não governamental Artigo 19 (2018a), que se dedica à promoção e monitoramento da liberdade de expressão. O indicador de liberdade de expressão que alcançou a queda mais acentuada no Brasil foi aquele relativo aos ambientes

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo. E-mail: [biaisabelombarde@gmail.com](mailto:biaisabelombarde@gmail.com)

<sup>2</sup> Artigo referente à minha pesquisa de Iniciação Científica financiada pelo CNPq.

virtuais, e aos espaços públicos, especialmente na realização de protestos. Faz-se necessário ressaltar que a liberdade de expressão, protegida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, é essencial para a promoção da cidadania através da participação dos cidadãos no âmbito político.

Um dos principais fatores que contribuem para este cerceamento da liberdade de expressão no país são as repressões policiais às manifestações (Artigo 19, 2018a). Desde 2013, com os protestos que eclodiram em todo o país, organizado pelo Movimento Passe Livre (MPL), que contestavam o aumento da tarifa do transporte público, o policiamento de manifestações entrou em pauta nos meios de comunicação, na agenda política e, conseqüentemente, nas pesquisas científicas.

Os protestos em São Paulo, desde então, são brutalmente reprimidos pela Polícia Militar através de agressões físicas e psicológicas, uso desproporcional de armamento menos letal, detenções arbitrárias, desproporcionalidade do efetivo policial, ocultação de identificação, investigação criminal, dentre outras ações repressivas. Este cenário de guerra se repetiu nos anos seguintes, até os dias de hoje, como consta no relatório do Artigo 19 (2018b).

Neste artigo irei explorar a repressão policial nas manifestações de rua realizadas pelos estudantes secundaristas, na cidade de São Paulo, no ano de 2015. Os estudantes saíram às ruas para reivindicar seu direito a uma educação de qualidade, com o lema “Não fechem a minha escola!”. O Estado respondeu com bombas de gás lacrimogêneo e uso excessivo da força. Para exposição dessa pesquisa, apresentarei protocolos do trabalho policial em manifestações, o contexto dos protestos dos secundaristas e, ao final, dados quantitativos que demonstram a repressão sistemática das unidades policiais contra os manifestantes.

### **O TRABALHO POLICIAL**

Segundo David Bayley (2006), a definição da polícia corresponde a “um grupo de pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro de uma comunidade, através da aplicação da força física.” (Bayley, 2016, p. 229). Portanto, o trabalho policial varia através do tempo e do espaço, é influenciado pela cultura e a educação daquele local.

A tradição policial é essencial no entendimento das lógicas em curso desses agentes da lei. Segundo Bayley (2006), países onde as forças policiais foram criadas para combater violências coletivas, ou os chamados protestos de oposição, desenvolvem sistemas policiais que respondem primariamente às necessidades do Estado, e não da população. Esta análise permite compreender o fracasso do acordo mútuo entre policial e cidadão, quando a polícia perde sua credibilidade. A credibilidade policial é fruto das soluções policiais, ela é levada em conta na decisão de solicitar os serviços da polícia. Uma polícia com baixa credibilidade tem suas soluções recebidas com desconfiança, comprometendo os resultados das ações policiais, de forma a construir uma relação hostil de ambas as partes, com a perda da legitimidade (Muniz e Proença, 2014).

No caso brasileiro, a polícia foi criada para a repressão, num primeiro momento em 1808, da vadiagem, considerada uma transgressão da ordem. Durante o século XIX, as forças policiais possuíam o poder de punir escravos e membros das classes mais vulneráveis (Valente, 2015). Já a estrutura e a configuração da Polícia Militar em vigor nos dias de hoje foram herdadas da ditadura militar. Esse sistema policial foi criado em 1969, com o objetivo de combater os "subversivos", utilizando-se da tortura e execução destes. Assim, com técnicas sofisticadas há muitos anos em censura aos meios de comunicação e repressão às mais diversas formas de manifestação, a Polícia Militar foi criada para responder primeiramente ao Estado e aos seus interesses. A falta de reformas no aparato de segurança resultou no chamado "Estado policial securitário" (Teles, 2018), em que a tortura e o desaparecimento de corpos por agentes públicos, práticas comuns no regime militar, foram institucionalizadas (Teles, 2018).

Na análise teórica, as ações que a polícia realiza possuem respaldo na sociedade. A autorização para policiar uma dada *polity* está sob o controle coletivo, ou seja, submetida às aprovações dos indivíduos ali presentes (Muniz e Proença, 2014). Portanto, as técnicas utilizadas pela polícia são aprovadas por aquela comunidade política. Para Comparato (2015), o que caracteriza uma polícia democrática é o consentimento dos cidadãos em relação às suas ações, a

legitimidade policial depende de sua autonomia em relação ao governo, para que suas soluções não sejam atreladas a uma estratégia política.

Para consolidar esse controle coletivo pelas forças policiais, cabe à sociedade criar mecanismos de *accountability*. Embora muitos países utilizem mecanismos externos à polícia para sua supervisão, como ouvidorias e ONGs, fruto da desconfiança no trabalho policial, por outro lado, há um corporativismo policial que impede a inspeção de atividades irregulares que resultem em punições. Dessa forma, o mais adequado é que a supervisão seja feita internamente, pelos seus pares, que conhecem como o trabalho policial está sendo feito (Bayley, 2006). Nos Estados Unidos, por exemplo, a população não acredita na capacidade de autorregulação da polícia, isto justificou a ampla utilização de mecanismos externos de controle, resultando em um grupo de policiais distantes da comunidade e que dissimulam os erros em atitudes defensivas contra a sociedade (Bayley, 2006).

Trindade e Porto (2011) argumentam que não é possível estabelecer mecanismo de controle e supervisão das atividades policiais sem uma clara distinção entre o que é violência policial e o que é o uso da força legal. Essa distinção é fruto, como já dito anteriormente, da cultura daquela sociedade, ou seja, a concepção de violência legítima dos indivíduos. Em Ottawa, no Canadá, o problema do controle foi solucionado com a criação de normas administrativas, como a produção de relatórios das atividades policiais, de forma a controlar a rotina policial.

No Brasil, a situação é parecida com a norte-americana, devido à tradição burocrática-cartorária descrita por Kant de Lima (2014), herdada do sistema inquisitorial português, que criou laços de lealdade entre os agentes da lei, de forma a beneficiá-los contra possíveis punições, formando um “*ethos* corporativo avesso à responsabilização dos agentes públicos” (Kant de Lima, 2014, p. 474). O cenário se torna mais complexo ao relacionar essa falta de *accountability* aos crimes militares anistiados ao fim da ditadura militar. Os agentes da lei que hoje lidam com o trabalho policial são os mesmos que antes eram designados para combater a subversão e os adversários do regime militar, acreditam que, assim como ocorreu ao fim da ditadura em que foram anistiados, não serão punidos e não devem prestar contas à

população. Consequentemente, a não responsabilização tornou-se a norma (Méndez, 2000).

Uma forma de analisar a polícia, sugerida por Bayley (2006), é compreender uma situação específica da atuação policial, que indica como a polícia está trabalhando, já que envolve a interação entre o policial e o cidadão, a convergência das necessidades públicas e a resposta da polícia. Portanto, a partir desse ponto a análise será restringida à situação do policiamento de manifestações.

### **POLICIAMENTO DE MANIFESTAÇÕES**

O controle de multidões, nomeação comum para “policiamento de manifestações”, é um indicador do trabalho policial utilizado mundialmente, uma vez que a polícia possui o poder de regular os locais públicos, em nome da segurança. Portanto, a segurança das demonstrações fica a cargo da polícia. Porém, os protestos não são apenas multidões a serem controladas. Primeiro, os protestos não necessariamente atraindo multidões. Segundo, as pessoas deslocadas para o ato não estão apenas aglomeradas, como em festas de carnaval ou eventos musicais, mas se reúnem por um ideal, na maioria das vezes político, com exigências, aprovações ou reivindicações aos seus representantes políticos.

Os protestos podem se manifestar através de petições, boicotes, ocupações, bloqueio de tráfego e marchas. O objetivo é transmitir uma mensagem para a comunidade e mobilizar uma série de atores para comover a opinião pública (Della Porta e Diani, 1998). A polícia é um desses atores mobilizados para a manifestação. Na teoria, a função para a qual a polícia é designada no acompanhamento das passeatas diz respeito à proteção dos manifestantes contra a ação de indivíduos contrários às reivindicações em pauta. A polícia é imprescindível na organização de uma manifestação, pois na sua ausência seria impossível, por exemplo, o fechamento de avenidas com tráfego intenso (Waddington, 1998).

A forma como a polícia realiza sua função nas manifestações influencia a percepção dos cidadãos a respeito de como o Estado respeita suas liberdades (Comparato, 2015), já que o protesto é uma das únicas possibilidades concretas que a esmagadora maioria das pessoas dispõe para fazer com que suas reivindicações cheguem ao conhecimento das autoridades (Trindade, 2018).

Della Porta e Diani (1998) definiram dois modelos de atuação policial nas manifestações: modelo de força escalonada, em que a polícia busca utilizar uma força maior que a mobilizada pelos manifestantes, o direito de protesto é pouco respeitado e a tolerância policial é baixa; o segundo modelo é o controle negociado, em que a comunicação e negociação entre os policiais e os manifestantes são imprescindíveis para a condução pacífica do protesto. Nas democracias ocidentais, a polícia, cada vez mais, tem adotado o segundo modelo. Porém, no Brasil, o modelo que segue sendo utilizado é o da força escalonada.

Utilizando como exemplo a polícia britânica, que adota o modelo de controle negociado, é uma polícia desmilitarizada e criada para proteção da lei, promovendo medidas para reduzir a possibilidade de confronto. A principal delas é minimizar qualquer característica que possa parecer provocativa, isso inclui manter o contingente policial fora da vista dos manifestantes e os uniformes policiais serem os mais neutros possíveis, evitando a utilização de equipamentos especializados que passem a impressão de que a polícia espera pelo confronto (Waddington, 1998).

No Brasil, este assunto tornou-se uma pauta comum nas agendas políticas e nos meios de comunicação a partir das “Jornadas de Junho”, em 2013, contra o aumento da tarifa do transporte público, ganhando o título da maior série de protestos desde “Os Caras Pintados”, em 1992 (Secco, 2013). É importante ressaltar que, embora este assunto tenha entrado em pauta pela ampla repercussão da mídia sobre o evento, a repressão policial não é novidade no Brasil. Desde o início dos anos 2000, junto ao resto do mundo que presenciava os protestos antiglobalização<sup>3</sup>, os manifestantes no Brasil protestaram contra as organizações mundiais como a ALCA<sup>4</sup> e também sofreram repressão por parte das forças policiais em protestos. Porém, 2013 é visto como o grande marco histórico de uma repressão focalizada em protestos com um número grande de manifestantes. No levantamento quantitativo realizado pela Artigo 19 (2018b) sobre a repressão e criminalização aos

---

<sup>3</sup> A partir da reunião da Organização Mundial do Comércio, em Seattle (Estados Unidos), em 1999, ocorreram grandes manifestações na cidade contra o avanço do neoliberalismo. O neoliberalismo era visto pelos manifestantes como responsável pelo aumento da miséria e da concentração de renda. Essas manifestações tornaram-se conhecidas pela violência policial e pelo ressurgimento da tática black bloc. Depois de Seattle, as manifestações se realizaram em Praga e Gênova, com um “mega esquema policial de repressão” (de Melo Santos, 2014).

<sup>4</sup> ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

manifestantes, constata-se que em 2013 foram contabilizados 696 protestos, nos quais em 112 houve registros de uso de armas menos letais, 837 pessoas feridas e 2.608 pessoas detidas (Artigo 19, 2018b). No ano de 2014, os principais protestos foram contra a realização da Copa do Mundo no Brasil. Nos anos seguintes, 2015 e 2016, o confronto nas ruas foi consequência do confronto político nas urnas. De um lado, manifestantes do espectro ideológico da direita reivindicavam o *impeachment* da presidente eleita. De outro lado, os manifestantes defendiam o resultado eleitoral. O cenário de repressão se repetiu.

A repressão por parte da polícia militar segue um roteiro quase sempre igual: o impedimento da passagem dos manifestantes, sob a alegação de que não houve comunicação prévia sobre o trajeto, o disparo de bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha para dispersar a manifestação, e o início de manobras de encurralamento e perseguição dos participantes (Arroyo, 2016).

Desde 2013, as três esferas do poder político se mobilizam para cercear a liberdade de expressão e, conseqüentemente, o direito de protesto. O Estado tem investido cada vez mais em novos equipamentos para a repressão às manifestações: veículos equipados com jatos d'água e trajes apelidados de Robocop. No âmbito legislativo, a criação de projetos de lei contra movimentos sociais e manifestações demonstra o descaso das autoridades com as reivindicações populares, como a Lei Antiterrorismo 13.260/16, que possui caráter intimidatório, na medida em que abre brechas para interpretações dúbias sobre o que caracteriza uma atividade terrorista, oferecendo respaldo para a intimidação de manifestantes (Artigo 19, 2018c). No âmbito do Poder Judiciário, a ação se dá através da condenação de manifestantes, como no caso dos 23 ativistas do Rio de Janeiro.

Segundo o Manual de Distúrbios Civis da Polícia Militar de São Paulo, a Tropa de Choque é a unidade responsável e treinada para esse tipo de policiamento, possui o objetivo de dispersar a multidão, de forma a dificultar a reunião dos manifestantes novamente. Porém, a Tropa de Choque historicamente atua em momentos de intensa repressão policial em São Paulo (Artigo 19, 2015). Uma das principais dificuldades na pesquisa de policiamento de manifestações no Brasil é a falta de protocolos e transparência por parte das forças policiais. Isso



provavelmente indica a existência de regras implícitas de comportamento, que são transmitidas através da tradição (Kant de Lima, 2014), dificultando o controle e a supervisão pela sociedade. A falta de transparência é indicada pela tentativa da ONG Artigo 19 e a Ponte Jornalismo de obter informações sobre o uso desproporcional de armamento menos letal, como gás lacrimogêneo e spray de pimenta, respaldados pela Lei de Acesso à Informação. A resposta obtida mediante as solicitações esteve de acordo com a falta de transparência desse órgão público, que optou por não divulgar as informações alegando motivos de segurança das ações policiais.

Os manuais e procedimentos padrão, por exemplo, são instrumentos essenciais para informar a sociedade sobre o comportamento que se espera de policiais em determinadas circunstâncias e podem ser também importante referência para verificação de irregularidades e abusos (Nóbrega, 2017, p. 43).

Um dos principais problemas no trabalho policial é quando a polícia age politicamente. Como já elucidado por Bayley (2006), a violência coletiva gera insegurança política, tornando a polícia mais propensa a desempenhar um papel político e responder primariamente em nome da segurança do Estado (Bayley, 2006), resultando na perda da legitimidade de suas ações perante os cidadãos. Para confirmar a existência de uma ação política por parte da polícia, parte-se do questionamento de Comparato (2015):

Porque a mesma polícia que é capaz de manter sob controle uma grande massa de foliões enlouquecidos durante os vários dias que dura o carnaval, ou de milhares de torcedores fanáticos pelo seu time de futebol, se sente impotente diante de manifestantes? Porque o país que realiza a maior parada do orgulho LGBT do mundo, que reúne todos os anos milhões de pessoas na cidade de São Paulo, não consegue lidar de maneira pacífica com um punhado de manifestantes? (Comparato, 2015, p. 12).

### **MOVIMENTOS SOCIAIS E PRIMAVERA SECUNDARISTA EM SÃO PAULO**

A sociologia dos movimentos sociais e da ação coletiva transmutou-se ao longo do tempo até chegar em definições mais complexas sobre o que constituem as ações coletivas. De início, o campo foi colonizado pela economia através das teorias da Ação Racional e da Mobilização de Recursos, reduzindo todas as iniciativas de ação coletiva a cálculos de interesse, material e simbólico. Com o



surgimento da teoria dos Novos Movimentos Sociais, as questões da cultura e da identidade se tornaram o principal objeto de pesquisa da área (Cefaï, 2009).

Os movimentos sociais são essenciais na esfera democrática por constituírem uma linguagem comum, na enunciação de repertórios de identidade coletiva e na confecção de modos de engajamento político. A ação coletiva é mais do que um consenso de representações, congruência de motivações ou união de engajamentos; ela abarca agenciamentos de pessoas, objetos, ferramentas, falas, rituais e símbolos, que são ordenados por repartição de poder e distribuição do saber (Cefaï, 2009).

O movimento estudado nessa pesquisa é pioneiro no Brasil por tratar-se de estudantes secundaristas reivindicando o seu direito de estudar. Neste item será abordado a contextualização da Primavera Secundarista, suas formas de luta e os resultados obtidos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) garantiu legalmente às crianças e aos adolescentes uma série de proteções e defesa de seus direitos, promovendo a concepção de sujeitos de direitos. Segundo a lei, nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (Gaya, 2015).

Com base nisso, historicamente o Movimento Estudantil reivindica a qualidade do ensino público gratuito, através de uma educação emancipatória promovendo o senso crítico dos alunos. Porém, os governantes não partilham dessa concepção e, na maioria das vezes, negligenciam a educação pública. Para esses, a escola tem a função de preparar mão-de-obra para o mundo do trabalho (Leme e Ruiz, 2017). Isso ficou claro nos últimos anos, com o projeto Escola Sem Partido, “por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar” (Programa Escola Sem Partido, 2018), que rendeu muitos debates no espaço público, resultando no arquivamento do projeto. O episódio que vamos nos restringir diz respeito à luta dos secundaristas paulistas contra a política da reorganização escolar em 2015, considerada também uma negligência estadual com a educação pública, utilizando do uso da violência por

parte das forças de segurança, de forma a violar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Em 23 de setembro de 2015, o anúncio da política de “reorganização escolar” foi feito através dos meios de comunicação. Os estudantes, professores, pais e responsáveis tomaram conhecimento da transferência de um milhão de alunos da rede pública para outras escolas, com o objetivo de dividir as instituições de ensino de acordo com os ciclos no Estado de São Paulo (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016). Este projeto implicaria no fechamento de 94 escolas estaduais, a reestruturação de outras 754, resultando no deslocamento de cerca de 311.000 alunos (Artigo 19 e Comitê de Pais e Mães em Luta, 2016).

O problema, segundo os alunos, foi a imposição de uma política que não levou em conta as considerações daqueles que seriam afetados. Nem os alunos e nem os pais/responsáveis foram consultados, a medida não foi debatida antes de ser anunciada e a única proposta do governo foi apresentar esclarecimentos e sanar dúvidas num chamado “Dia E” (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016).

A motivação apresentada para justificar a necessidade da reorganização era baseada em dados que sugeriam a existência de salas ociosas, devido à alta no número de evasões; e o aumento de desempenho de alunos matriculados em escolas de ciclo único. Porém, segundo o estudo feito no livro *Escolas de Luta* (2016), os próprios estudantes e professores relataram a superlotação das salas do ensino público, e especialistas em educação questionaram a seriedade desses dados, a partir dos quais utilizam apenas uma variável – o ciclo único. Dessa forma, os argumentos que embasaram a política de reorganização são falhos, abrindo brechas para o descontentamento dos alunos, pais/responsáveis e professores: “Como o governador quer uma reorganização, sendo que nem o que há está organizado?” (Manifesto dos Ocupantes da E.E. Clotilde Peluso).

A partir desse descontentamento, tanto com a medida quanto com o desprezo do governo pela opinião dos estudantes, os alunos secundaristas começaram a se mobilizar pelas redes sociais, com a criação de páginas no *facebook* com o objetivo de discutir a decisão e unir os alunos para definir quais ações seriam tomadas. Após

tentativas frustradas de diálogo com a Secretaria de Educação, os estudantes decidiram se mobilizar nas ruas e posteriormente ocupar suas escolas (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016).

Os secundaristas estão na categoria de “movimento” a partir da teoria de Maria da Glória Gohn. Os novíssimos movimentos sociais são heterogêneos e diversificados em suas referências, e Gohn (2017) os caracteriza como “aglutinadores de identidades”, que cruzam faixas etárias, gostos, pertencimentos a grupos nas mídias sociais, adesão a alguma causa, ideologia, etc. Sua principal ferramenta é a Internet, o que os torna mais horizontais e autônomos, sem lideranças e com a autodenominação de “coletivos”. “São similares aos *instants mobs*, eventos combinados nas redes sociais para promover uma ação específica no tempo e no espaço, impactar um coletivo e se dissolver.” (Gohn, 2017, p.27).

A repressão ao movimento secundarista não é uma novidade. Desde a ditadura militar, os estudantes do ensino médio se aliaram a diversos seguimentos em busca de uma sociedade democrática que garantisse uma boa qualidade na educação pública. Portanto, sofreram ataques em suas sedes de encontros, incluindo a morte do secundarista Edson Luis em 1968, durante uma manifestação estudantil (Silva, Pires e Pereira, 2016).

Os secundaristas realizaram seis semanas de manifestações nas ruas em 2015 e a postura do governo e dos dirigentes de ensino se manteve a mesma: a ignorância proposital às demandas dos estudantes. A partir desse momento, os alunos desenvolveram uma disposição para uma mobilização mais radical.

A principal inspiração para os estudantes da Primavera Secundarista foi o movimento chileno nomeado de Revolta dos Pinguins, uma série de protestos e ocupações em 2006, reivindicando a gratuidade na educação e no transporte. Este movimento inspirou manifestações também na Argentina, com a produção de um manual do coletivo O Mal Educado chamado “Como ocupar sua escola”, apresentando as diretrizes para a mobilização através de ocupações, como a criação de comissões de limpeza, segurança e alimentação nas ocupações (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016).

A ocupação é uma mobilização estratégica, utilizada quando todas as formas de diálogo e luta foram insuficientes para a promoção de mudanças. Ela consistiu na entrada e tomada dos espaços públicos da escola, tornando-a uma espécie de acampamento, onde os alunos se instalam durante o período necessário até que as demandas sejam atendidas. O comprometimento e a dedicação são fundamentais para a consolidação das ocupações, já que nessa forma de protesto, a organização para a manutenção diária de infraestrutura, segurança, alimentação, higiene, promoção de atividades, entre outras, é a base para a construção da luta (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016). Essa forma de ação coletiva é historicamente utilizada pelos movimentos sociais rurais, na luta pela terra; movimentos urbanos, na luta pela moradia; e pelos estudantes universitários com ocupação de reitorias. Porém, uma ocupação feita pelos estudantes secundaristas em suas próprias escolas foi um ato inovador (Tavaroli et al, 2018).

A ocupação dos secundaristas brasileiros em 2015 foi um exemplo de cidadania e democracia. A principal característica de um movimento organizado por jovens que, em sua maioria, não possuíam experiências na participação de movimentos sociais, foi a horizontalidade das relações, resultando em decisões tomadas em grupo através de assembleias e sem a necessidade de nomeação de líderes. Outra característica fundamental de distinção desse movimento foi a ampla participação feminina em várias atividades centrais para a manutenção da ocupação, como a participação nas comissões de segurança e comunicação (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016). Isso deu origem a uma expressão popular que nomeou o documentário sobre a Primavera Secundarista, “Lute como uma menina!” (2016).

A intervenção policial nas ocupações foi constante. Na maioria das vezes, a polícia era acionada pelos próprios diretores e dirigentes de ensino, que alegavam invasão à propriedade, depredação de patrimônio público e, até mesmo, cárcere privado. A polícia, em geral, comparecia no primeiro ou segundo dia da ocupação com a tentativa de impedir a consolidação da mesma. A violência policial se deu através de intimidações, assédio moral, ameaças e pressão psicológica com os estudantes, como forma de sabotagem do movimento, contribuindo para um quadro

de violação da integridade física e psicológica dos adolescentes envolvidos, seja através das ameaças ou com o registro dos números de RG dos alunos presentes nas ocupações, como relatado em diversos documentos (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016; Artigo 19 e Comitê de Pais e Mães em Luta, 2016).

É importante ressaltar o papel do sistema judiciário que é precursor das ações policiais. Embora o lema “a escola é nossa” expressava uma apropriação simbólica do bem comum, o conflito foi levado ao Judiciário sob a discussão de posse. O que não estava previsto era a tentativa das autoridades jurídicas de construir uma argumentação jurídica que desse conta da oposição direito possessório e o direito de livre manifestação (Tavaroli et. al, 2018).

A ocupação foi essencial para a construção de uma nova forma de ver a educação por dois motivos: primeiro, a apropriação simbólica da escola pelos alunos; segundo, a comprovação de uma hierarquia que privilegia as diretorias e secretarias de ensino ao invés dos alunos. Nesse período em que os alunos tomaram posse da escola, ocorreu uma apropriação simbólica daquele ambiente, como um espaço dos estudantes por direito, consolidando as críticas ao sistema de ensino tradicional. Segundo os secundaristas, a escola é um ambiente que restringe a liberdade de expressão e mantém uma hierarquia entre a “direção” e os “alunos”, reafirmando a hierarquia “Estado” e “comunidade”. Isso foi comprovado com a descoberta de salas exclusivas com boas instalações e materiais didáticos e culturais dos quais os alunos foram privados de acessar. “Diferente do que afirmaram alguns analistas, não se tratou de uma revolta contra a instituição da escola, pelo contrário, é uma valorização dela como espaço de formação.” (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016, p. 153).

Após quase três meses com ocupações das escolas e manifestações de rua, o governador decidiu adiar a reorganização escolar, prometendo “rediscuti-la, escola por escola, com a comunidade, com os estudantes, em especial com os pais dos alunos” (Bedinelli e Rossi, 2015, p. 2). Os alunos buscavam a revogação do projeto e não apenas a suspensão, o que não trouxe uma satisfação plena das reivindicações. Para não deslegitimar o movimento, que em dado momento ganhou

uma legitimidade popular, os estudantes decidiram pela desocupação das escolas e a interrupção das manifestações de rua, naquele momento.

Os estudantes de maneira nenhuma davam a luta por encerrada e os anúncios de desocupação vinham juntos com o reconhecimento da necessidade de continuidade do movimento e de que todos os estudantes permanecessem em alerta quanto à questão da “reorganização”. (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016, p. 293)

### **POLICIAMENTO DE MANIFESTAÇÕES NA PRIMAVERA SECUNDARISTA**

As ruas de São Paulo já conhecem bem o script: o poder público anuncia uma medida controversa, manifestantes se lançam em protestos, e na sequência vem a tropa de choque. Uma relação dialética bastante conhecida, mas indesejável, que invariavelmente culmina em uma série de violações ao direito de protesto e, quase sempre, em nenhuma responsabilização de seus atores. (Martins, 2015, p. 1)

Segundo o levantamento realizado por Campos, Medeiros e Ribeiro (2016), foram identificados 163 protestos dos secundaristas no Estado de São Paulo, durante 6 semanas, entre o fim de setembro e o início de novembro de 2015. Porém, no levantamento realizado nessa pesquisa o principal objeto de estudo foi a primeira semana de manifestações de dezembro.

Os protestos variaram entre atos em frente às unidades escolares, passeatas e trancamento de avenidas. A principal distinção dessa repressão às manifestações dos secundaristas, em detrimento das realizadas desde 2013, foi o uso das técnicas, já sofisticadas pela polícia, desta vez contra adolescentes, professores e apoiadores (Artigo 19 e Comitê Pais e Mães em Luta, 2016).

Os registros de vídeo confirmam a desproporcionalidade das ações da polícia contra estudantes, através de golpes de cassetete, técnicas violentas de imobilização, e agressão física de modo geral (Artigo 19 e Comitê Pais e Mães em Luta, 2016). Ao utilizar o termo “repressão” neste estudo, contrapõe-se à expressão “em confronto”, largamente utilizada pelos meios de comunicação. Porém, a expressão “em confronto” sugere que houve uma resposta por parte dos manifestantes, portanto, o termo “repressão” é mais adequado. Nesta parte do artigo serão explicitados os relatos das violações mais recorrentes nas manifestações.

No relatório da Artigo 19 em conjunto com o Comitê Pais e Mães em Luta (2016), há o depoimento de um estudante de jornalismo que sofreu ameaças e agressões por parte da Polícia no protesto de 15/12/2015, do MASP à República.

Segundo o estudante, ao se dirigir ao metrô, os policiais o agrediram com cassetete, o que lhe rendeu cinco pontos na testa. Outra observação neste relatório foi a descrição de uma gravação de vídeo de um dos protestos na Rua da Consolação, em São Paulo, no qual são lançadas 8 bombas de gás lacrimogêneo em um intervalo de 40 segundos.

Outra grave violação ao consentimento social para o policiamento é a falta de identificação obrigatória em grande parte do efetivo policial que atua nas manifestações. Na Primavera Secundarista, não foi diferente. A ausência de identificação dificulta a apuração e, conseqüentemente, a responsabilização dos agentes que cometeram abusos (Artigo 19 e Comitê Pais e Mães em Luta, 2016).

A desproporcionalidade do efetivo policial presente nas manifestações também tem sido alvo de críticas, tanto pelas ONGs que monitoram a atuação policial quanto pelos próprios manifestantes. Numa matéria jornalística sobre os protestos do dia 02/12/2015, isso fica nítido: “Havia mais policiais do que alunos. O batalhão contra a sala de aula. Quatro garotos e vinte cadeiras foram levados para a delegacia.” (Rossi e Betim, 2015).

As detenções arbitrárias, como também elucidado pelos jornalistas acima, também é uma das técnicas amplamente utilizadas pela Polícia Militar paulista. Cerca de cinquenta adolescentes foram detidos e encaminhados para a delegacia, inclusive com o uso do transporte fechado pelos policiais, violando as normas do ECA (Artigo 19 e Comitê de Pais e Mães em Luta, 2016). Os alunos criaram uma marchinha com os seguintes dizeres: “Sou estudante, não sou ladrão, não vim para a escola para voltar de camburão!” (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016, p. 95).

Em abril de 2016, os manifestantes denunciaram a repressão policial sofrida nos protestos à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que, após passar por avaliação e apuração, confirmou o uso excessivo da força pelo Estado. O relatório, vastamente utilizado neste trabalho, produzido pela Artigo 19 em conjunto com o Comitê de Pais e Mães em Luta é fruto da audiência desse caso. Já a Secretaria de Segurança Pública nega os abusos cometidos pelos policiais, argumentando que a polícia agiu conforme os parâmetros da lei, reprimindo atos como danos ao patrimônio, incitação de crime ou “tumultos e badernas nas ruas,



que prejudicavam o deslocamento de milhões de paulistas” (Trevisan, 2016, Estadão). O procurador geral do Estado ressaltou através dos meios de comunicação, que os protestos geraram prejuízo de R\$2 milhões aos cofres públicos (Trevisan, 2016, Estadão).

Nesta parte do artigo apresentarei os dados quantitativos coletados nessa pesquisa sobre o período das manifestações de rua dos secundaristas em 2015. Para essa coleta, utilizei fontes como o jornal El País, a revista Carta Capital e os relatórios do Coletivo Território Livre, presente nas manifestações. Estas fontes, especialmente o El País, realizaram uma cobertura exclusiva das manifestações, com atualizações hora a hora. O objetivo, além de mapear as represálias aos protestos, é compreender como essa mídia atuou na divulgação dessas manifestações e quais foram às justificativas oferecidas para tamanha repressão contra estudantes do ensino médio.

A análise será feita com conjunto com o levantamento existente no estudo Escolas de Luta, de Campos, Medeiros e Ribeiro (2016) que também expôs detalhes da onda de manifestações na cidade de São Paulo. O principal obstáculo concentra-se no fato do movimento secundarista não ser totalmente centralizado, resultando em diversos protestos ocorrendo no mesmo dia em diferentes pontos da cidade, dificultando a divulgação pela mídia e, conseqüentemente, a sistematização dessa pesquisa. Portanto, a divisão foi feita pelos dias que ocorreram os protestos, o local principal em que a mídia se ateve a divulgar, a existência de repressão, qual a forma principal de repressão e qual a unidade policial presente na manifestação. A tabela com a sistematização dos dados está em anexo.

Os resultados gerais desse levantamento: foram contabilizados 12 dias de protestos com a primeira divulgação em 06/10 e a última em 09/12. Entre esses 12, 7 foram reprimidos pelas forças policiais, ou seja, 58,3% sofreram tentativas de dispersão. Boa parte da repressão ocorreu a partir do dia 01/12, após o vazamento do áudio pelos Jornalistas Livres em que o chefe de gabinete da Secretaria de Educação do Estado, Fernando Padula Novaes, compara a repressão às manifestações como ações de guerra, em uma reunião com diretores de ensino no final de novembro (Rossi, 2015):

(...) nós estamos no meio de uma guerra e temos que nos preparar pra continuar enfrentando. Eventualmente a gente perde algumas batalhas, mas temos que ganhar a guerra final. Então, pra isso, a gente tem que parar um pouco e traçar algumas estratégias. (áudio do Jornalistas Livres, em Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016, p. 208)

A não centralização dos protestos é resultado da autonomia de cada escola. Essa autonomia é reafirmada diversas vezes no estudo *Escolas de Luta*, em que as ocupações, assim como as escolas, possuem uma lógica própria de funcionamento. Porém, é interessante notar que, de acordo com Campos, Medeiros e Ribeiro (2016), ocorreram 5 atos centralizados na capital que reuniram diversas escolas, o 1º foi realizado no dia 06/10, mesma data em que a mídia começa a divulgar as manifestações dos secundaristas. Já na 2ª manifestação centralizada, em 09/10, o número de estudantes mais do que dobrou<sup>5</sup> e foi o primeiro ato a ser reprimido pela polícia, através de gás lacrimogêneo e com a realização de detenções, sob a justificativa de que havia “mascarados no local”. Nesse protesto, a ação violenta da Polícia Militar acarretou a dupla detenção do jornalista Caio Castor e do professor de Sociologia Raul Fonseca (Aroni, 2017).

Na segunda manifestação centralizada, a repressão pode ser associada ao aumento do número de pessoas na manifestação e ao despreparo policial para lidar com multidões. Os policiais deveriam ser treinados para atuar de maneira conjunta, coesa e sincronizada mediante uma multidão, como um time, porém, o treinamento ofertado é para o trabalho individual. Isto resulta no despreparo físico e psicológico dos policiais, que terão de lidar com o barulho, a confusão e o estresse da reunião de um grande número de pessoas, porém, deveriam ser treinados para dominar suas emoções e trabalhar profissionalmente com a disciplina (Comparato, 2015; Hunsicker, 2011).

Os 3º (15/10), 4º (20/10) e 5º (23/11) atos centralizados foram esvaziados de secundaristas e as entidades representativas ganharam o protagonismo. Esses 3 atos não foram reprimidos, demonstrando uma tolerância da polícia à atos organizados por movimentos tradicionais de esquerda, que negociam e fazem acordos com a polícia a respeito dos trajetos das manifestações.

---

<sup>5</sup> 06/10 em torno de 500 pessoas, enquanto em 09/10 foram cerca de 1.200 pessoas (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016).

A partir da semana do dia 01/12, após o vazamento do áudio mencionado acima, os protestos passaram a ser brutalmente reprimidos pelas forças policiais. Nessa mesma semana, os secundaristas também aderiram a uma nova forma de manifestação, chamada de trancamento de avenidas. Os alunos da E.E. Fernão Dias Paes dispuseram suas carteiras uma ao lado da outra, como numa sala de aula, na faixa de pedestre do cruzamento da Av. Faria Lima com a Av. Rebouças. Sob os gritos de “Geraldo<sup>6</sup> a culpa é sua, hoje a aula é na rua!”, não mais do que vinte policiais chegaram ao local para “arrancar as cadeiras” dos manifestantes. Além disso, a tática do movimento foi realizar vários pequenos atos localmente, por isso a ausência de atos centralizados nesse período e diversos protestos ocorrendo no mesmo dia em diferentes localidades. Os trancamentos começaram a ser ainda mais recorrentes após a divulgação de um manual para o trancamento de avenidas (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016). Portanto, é possível perceber, tanto nas ocupações quanto nos protestos de rua, que a elaboração e divulgação de manuais com diretrizes para guiar os estudantes nas suas formas de mobilização sugere uma homogeneidade para o movimento, de forma que as formas de atuação das escolas sejam minimamente parecidas.

Há duas hipóteses para as represálias estarem concentradas na primeira semana de dezembro: a primeira é o aceno público das autoridades estaduais sobre “travar uma guerra” contra o movimento, com a fala do chefe de gabinete, consentindo publicamente para a repressão que viria a seguir. Isto comprova que o trabalho policial no Brasil é político e responde primariamente ao Estado e às autoridades, segundo a teoria de Bayley (2006). A segunda hipótese, que não exclui a primeira, é que a novidade na forma de se manifestar, através dos trancamentos de avenidas e pela recusa de negociação com a polícia – típica dos movimentos horizontais, tornou os protestos inaceitáveis para a polícia e para as autoridades, devido à interrupção da circulação nas principais avenidas da cidade sem acordos prévios, acarretando prejuízos na economia.

---

<sup>6</sup> Geraldo Alckmin (PSDB) foi Governador do Estado de São Paulo entre 2001 e 2006 e de 2011 a 2018, o principal responsável pelo projeto de reorganização escolar.

A relação com o tráfego de veículos e os protestos é um assunto bastante debatido. Essa é uma das justificativas recorrentes para a repressão policial às manifestações, como já indica a tabela em anexo, não só na primavera secundarista, mas nas séries de manifestações de modo geral, sob o argumento da falta de aviso prévio ou a mudança do trajeto previamente acordado. A justificativa institucional para as repressões está ligada ao trajeto escolhido em assembleia dos manifestantes e a presença da tática black bloc. Historicamente, os movimentos horizontais e autonomistas não possuem a tarefa de diálogo com a polícia. Como Della Porta (1998) nos mostra, há uma tendência maior a tolerância por parte da polícia quando a recepção dos manifestantes também visa uma negociação.

No entanto, a Constituição Federal estabelece que as manifestações não necessitam de autorização prévia para acontecer (Artigo 19, 2015). Para o direito internacional, fica nítido que a obstrução do trânsito não é justificativa para a repressão de protestos, isso também é debatido nas democracias ocidentais, como a britânica.

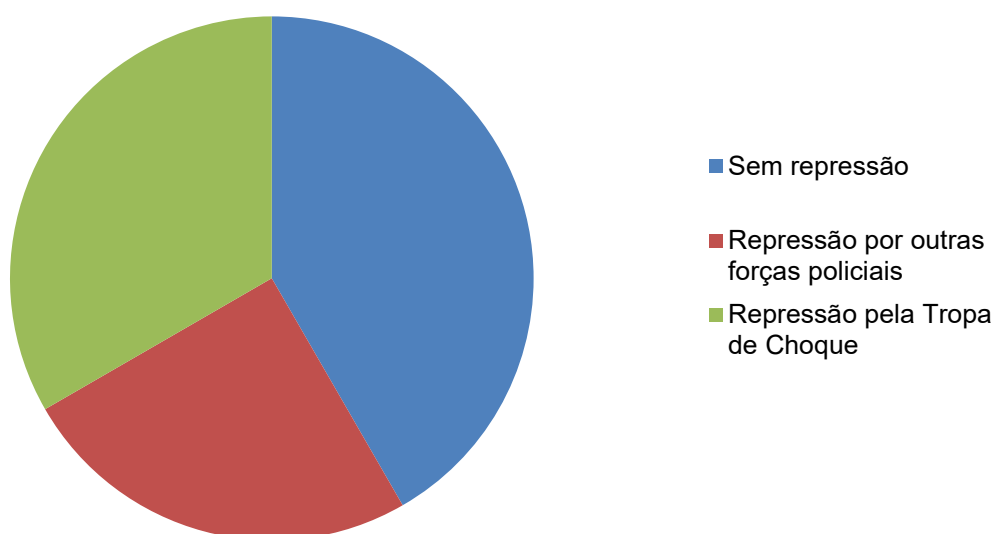
O Estado tem o dever de desenvolver planos de operação e procedimentos que irão facilitar o exercício de direito de reunião, incluindo redirecionar o tráfego de pedestres e veículos em certas áreas. Um exemplo vem da Espanha, em que a corte constitucional do país proferiu decisão determinando que "em uma sociedade democrática o espaço urbano não é somente uma área para circulação, mas também para participação". (Martins, 2015, p. 4)

Outro fator relevante no policiamento de manifestação no Brasil é a presença da Tropa de Choque. Sua atuação na Primavera Secundarista a partir do dia 01/12 foi massiva. Como revelado pelo Manual de Controle de Distúrbios Cíveis da Polícia Militar (1997), o objetivo da Tropa de Choque no policiamento de "distúrbios civis" é a dispersão da multidão, de tal forma que dificulte outra reunião imediata. Ainda ressalta a necessidade da pressão psicológica causada pela imagem da Tropa de Choque, ou seja, seus uniformes anti-distúrbios e sua forma militarizada de marchar em direção aos manifestantes: "A presença da tropa empunhando cassetetes ostensivamente incute respeito, já que os manifestantes sabem que os bastões serão usados vigorosamente." (PMESP, 1997, p. 16). Porém, esse mesmo manual também garante que os manifestantes não podem ser confinados, e devem ser avisados para deixar o local antes da dispersão, o que não ocorre na prática. "O som

ritmado dos cassetetes se chocando contra os escudos e os estrondos frequentes da enorme quantidade de bombas usadas pela polícia amedrontaram não só quem participava da manifestação, mas todos os moradores do Centro velho da cidade”. (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016, p. 243)

Desses 7 dias de protestos reprimidos, 4 contaram com a presença da Tropa de Choque. Ou seja, dos protestos reprimidos na primavera estudantil durante aquela semana, segundo as fontes utilizadas, 57% foram reprimidos pela Tropa de Choque. É relevante ressaltar que este dado é passível de falhas maiores do que os anteriores, devido à coleta ter sido realizada em fontes jornalísticas, que nem sempre procuram diferenciar a Polícia Militar convencional, responsável pelo policiamento ostensivo, da unidade da Tropa de Choque, responsável pelo policiamento de manifestações em São Paulo. Porém, como é possível observar, nos protestos em que a Tropa de Choque estava presente, ocorreram represálias aos manifestantes. No gráfico abaixo, o uso do termo genérico “outras forças policiais” também explicita um dos obstáculos para a realização dos estudos sobre policiamento de manifestações no Brasil, os batalhões da Polícia Militar não possuem identificações públicas que os distinguem uns dos outros, impossibilitando a identificação dos comandos.

### Protestos na Primavera Secundarista



A hipótese para a mobilização da Tropa de Choque especificamente após o vazamento do áudio, conferindo legitimidade para ações mais repressivas por parte das forças policiais, gira em torno de dois eixos. O primeiro eixo se configura num cenário em que a tropa especializada na dispersão da multidão foi mobilizada para o local mediante a certeza de que os protestos deveriam ser reprimidos, ou seja, por motivos políticos. O outro eixo é de que, após as falas do chefe de gabinete, os estudantes tenham intensificado e radicalizado as manifestações, de forma que a polícia reagiu para a dispersão.

Porém, nas fotos e vídeos disponíveis é possível confirmar a não periculosidade dos manifestantes envolvidos. Os estudantes apenas utilizavam cadeiras nas manifestações, com o objetivo de demonstrar suas reivindicações de forma pacífica, sem necessidade de respostas violentas por parte da polícia. E o principal fato que defende a primeira hipótese é que, no vazamento do áudio, fica explícita a articulação estratégica entre a Secretaria de Educação e a de Segurança Pública, que atuaram em conjunto para desqualificar e desmobilizar o movimento.

Segundo o chefe de gabinete, a polícia estaria sob orientação de não agir de maneira violenta e que causasse atenção da mídia e do público, porém, a partir daquele momento, teria sido combinado com o governador e com o secretário de segurança que a polícia deveria passar a dar apoio na ação de desocupação forçada de algumas escolas. (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016, p. 216)

A partir dessa constatação, pode-se afirmar que a Polícia Militar e, especialmente o batalhão da Tropa de Choque, age politicamente e tem sua autonomia constantemente restringida pelos governantes, que a utilizam para os interesses políticos.

Ao final da primeira semana, com o anúncio da suspensão do projeto de reorganização escolar, mas não a revogação da medida, o objetivo dos protestos realizados pelos secundaristas tinha sido atingido, chegando ao final da Primavera Secundarista. Quanto aos abusos cometidos pelas forças policiais, eles foram condenados por diversas instâncias, entre elas a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Anistia Internacional:

Denúncias de agressões e invasões nas escolas ocupadas, imagem e relatos de violência física, uso de bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo e prisões de manifestantes nos atos de rua mostra que o

governo não está dialogando com os movimentos. (Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016, p. 254)

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, as forças policiais, desde seu surgimento, tinham como principal função o combate às violências coletivas, como a repressão dos escravos até os militantes de esquerda na ditadura militar. Assim, desenvolveu-se um sistema policial que responde primariamente ao Estado, de acordo com a teoria de David Bayley (2006). O trabalho policial também é guiado pela cultura existente e pela concepção do que a população entende por uso da força legítimo, portanto as ações policiais também possuem aprovação social em alguma medida, como foi possível constatar nesse estudo.

Para que a sociedade consolide o controle coletivo sobre as ações policiais, é preciso a criação de mecanismos de *accountability*. No Brasil, esse controle costuma ser feito pela ouvidoria e pelas ONGs de direitos humanos que denunciam os abusos policiais contra a população. Porém, mecanismos externos à polícia, como utilizados no caso brasileiro, produziram um corporativismo policial que distancia os agentes públicos da comunidade e dissimulam os erros como uma atitude defensiva em relação à população. A *accountability* feita no Brasil é baixa, resultado do perdão concedido aos crimes militares ao final da ditadura. Portanto, as agentes da lei deram continuidade às práticas perdoadas, crendo na absolvição de seus abusos.

Ao analisar o policiamento de manifestações é possível concretizar um estudo analítico indicador do trabalho policial em uma comunidade. A polícia é mobilizada para regular os locais públicos e, principalmente, para assegurar o direito de protesto, protegendo os manifestantes contra a ação de indivíduos contrários às pautas do governo. Por outro lado, na concepção dos manifestantes, a polícia é a imagem do Estado mais próxima naquele momento, portanto, suas ações são compreendidas como a resposta imediata do governo mediante suas reivindicações. A baixa tolerância policial induz a perda de credibilidade e legitimidade do governo e, consequentemente, da polícia.

A Primavera Secundarista consistiu em protestos e ocupações de escolas contra o projeto de reorganização escolar no Estado de São Paulo. Ao reivindicar uma melhor qualidade da educação pública e o debate público sobre as medidas



entre os estudantes e os dirigentes de ensino, os alunos receberam como resposta do governo bombas de gás lacrimogêneo e detenções arbitrárias, violando as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Neste artigo foram apresentados dados levantados em relatos divulgados nos meios de comunicação, como jornais e coletivos, que comprovam a hipótese de que, quando as autoridades políticas acenam positivamente para a repressão, a polícia age violentamente, respondendo às reivindicações do Estado e não às dos manifestantes. No período analisado, 58,3% dos protestos dos secundaristas sofreram tentativas de dispersão. Desse número, 33% foram reprimidos pela Tropa de Choque. A Tropa de Choque, segundo os protocolos públicos disponíveis no Estado de São Paulo, é a unidade responsável pelo policiamento de manifestações. E o principal resultado dessa pesquisa é a relação entre a repressão e a Tropa de Choque, todas as manifestações em que a unidade estava presente, durante essa onda de protestos, foram reprimidas. Destaco, portanto, que a força policial que é treinada especificamente para o policiamento de manifestações, recebe diretrizes sobre como reprimir os protestos, já que sua presença na demonstração resulta na repressão.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARONI, Rafael. "Secundaristas e as ocupações escolares, reflexões para a teoria dos movimentos sociais". 18º Congresso Brasileiro de Sociologia, São Paulo: 2017.

ARTIGO 19 e Comitê de Pais e Mães em Luta. "Violência a protestos no Brasil: o caso dos estudantes secundaristas". Audiência Temática, CIDH, 157º Período Ordinário de Sessões, 2016.

ARTIGO 19. "The Expression Agenda Report 2017/2018: The state of freedom of expression around the world". London: Article 19, 2018a.

ARTIGO 19. "A situação do direito de protesto nos 5 anos de junho de 2013" São Paulo: Article 19, 2018b.

ARTIGO 19. "As ruas sob ataque: protestos 2014 e 2015" São Paulo: Article 19, 2015.

ARTIGO 19. Infográfico: “5 anos de junho de 2013: Como os 3 poderes intensificaram sua articulação e sofisticaram os mecanismos de restrição ao direito de protesto nos últimos 5 anos”. São Paulo: Article 19, 2018c.

BAYLEY, David H. Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

CAMPOS, Antônia J. M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Marcio M. Escolas de luta. São Paulo: Veneta, 2016.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 11-48, abr./maio/jun. 2009.

COMPARATO, Bruno Konder. “O policiamento nas manifestações e a qualidade da democracia na América Latina” 39º Encontro Anual da Anpocs, 2015.

DELLA PORTA, Donatella, DIANI, Mario. Social Movements: an introduction. Oxford: Blackwell Publishing, 1998.

GOHN, Maria da Glória. Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

HUNSICKER, A. Behind the shield: anti-riot operations guide. Boca Raton: Universal Publishers, 2011.

KANT DE LIMA, Roberto. “Éticas e práticas na segurança pública e na justiça criminal.” In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (orgs.) Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo, Contexto, 2014, pp. 471-481.

LEME, Renata Bento e RUIZ, Maria José Ferreira. “Movimento estudantil secundarista: as ocupações nas escolas do Paraná como resistência às políticas educacionais impostas” – IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação (SIRSSE), 2017.

MELO SANTOS, André. Movimento antiglobalização: juventude e utopia. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Sociologia na Universidade Federal de Goiás, 2014.

MENDEZ, Juan E. “Problemas da Violência Ilegal: Introdução” in: Méndez, J. E., O'DONNELL, G. e PINHEIRO, P.S. Democracia, Violência e Injustiça O Não-Estado de Direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MUNIZ, J; PROENÇA JR., D. "Mandato policial." In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (orgs.) Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo, Contexto, 2014, pp. 491-501.

NÓBREGA, Camila. "Os 5 anos da Lei de Acesso à Informação: uma análise de casos de transparência". São Paulo: Artigo 19, 2017.

PMESP. "Manual de controle de distúrbios civis da Polícia Militar" 3ª ed. São Paulo: 1997.

SECCO, Lincoln. "As Jornadas de Junho" in Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

TAVAROLI, B.; LESSA, MR.; MEDEIROS, J.; MELO, R.; JANUÁRIO, A. As ocupações de escolas públicas em São Paulo (2015-2016): Entre a posse e o direito à manifestação. Novos Estudos Cebrap, v.57 n.02, pp. 291-310, 2018.

TRINDADE, Arthur e PORTO, Maria Stela Grossi. "Controlando a atividade policial: uma análise comparada dos códigos de conduta no Brasil e Canadá" in Sociologias, Porto Alegre, nº 27, 2011.

TRINDADE, Thiago Aparecido. "Os limites da democracia: a legitimidade do protesto no Brasil participativo" in Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 33 nº 97, 2018.

VALENTE, Júlia Leite. Unidades de Polícia Pacificadora: pacificação, território e militarização. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

WADDINGTON, P.A.J. "Controlling protest in contemporary historical and comparative perspective" in Policing protest: the control of mass demonstrations in Western Democracies. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

#### Bibliografia Virtual

ARROYO, Daniel. "O roteiro da repressão policial às manifestações" Ponte Jornalismo, 2016. Disponível em: <https://ponte.org/o-roteiro-da-repressao-policial-as-manifestacoes/>

BEDINELLI, Talita; ROSSI, Marina. “Alckmin adia plano de fechar escolas, mas estudantes mantêm ocupações” in El País. São Paulo: 2015. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/04/politica/1449243851\\_626032.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/04/politica/1449243851_626032.html)

GAYA, Edir. “ECA é um marco na garantia de direitos”. In Tribunal de Justiça do Estado do Pará. 13/07/2015. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/13678-ECA-e-marco-na-garantia-de-direitos-humanos.xhtml>

MARTINS, Paula. “De novo, o diálogo com as ruas vem na forma de repressão” in El País. São Paulo: 2015. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/06/opinion/1449409224\\_738934.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/06/opinion/1449409224_738934.html)

Programa Escola Sem Partido, 2018. Disponível em: <  
<https://www.programaescolasempartido.org/>>

ROSSI, Marina e BETIM, Felipe. “Repressão de Alckmin inaugura a nova fase da reorganização escolar” in El País, São Paulo: 2015. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/02/politica/1449081055\\_661574.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/02/politica/1449081055_661574.html)

ROSSI, Marina. “Governo Alckmin se prepara para “guerra” e alunos vão para as ruas” in El País. São Paulo: 2015. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/30/politica/1448902421\\_861769.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/30/politica/1448902421_861769.html)

SILVA, M.R.; PIRES, G.L.; PEREIRA, R.S. “Da “perfeição” perversa da antipolítica: Fora Temer à resistência ativa da “ocupação das escolas” pelos jovens da “Primavera Secundarista”. Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://ubes.org.br/memoria/historia/#resistencia-ditadura>

TELES, Edson. “O Doi-Codi do século XXI” Blog da Boitempo: 2018. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/12/13/o-doi-codi-do-seculo-xxi/?fbclid=IwAR2A638Oy7mmQkh9ptzrbThsr1-2FOgxpEgLH0-ewNfV1ZGpzRXFQG6xqJg>

TREVISAN, Cláudia. “Comissão internacional aponta excesso de força contra alunos” in Estadão, Washington: 2016. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,comissao-internacional-aponta-excesso-de-forca-policial-contr-alunos-em-sp,10000025447>

**ANEXOS**

Data	Repressão	Local	Unidade Policial	Justificativa	Tipo	Fonte
06.10.2015	sem repressão	Av. Paulista	PM	-	-	Território Livre
09.10.2015	com repressão	Av. Paulista	PM	Uso de Máscara	Detenção	GlobalVoices
15.10.2015	sem repressão	Pinheiros	PM	-	-	Território Livre
20.10.2015	sem repressão	República	PM	-	-	Território Livre
23.10.2015	sem repressão	Av. Paulista	PM	-	-	Território Livre
30.11.2015	sem repressão	Teodoro Sampaio	PM	-	-	El País
01.12.2015	com repressão	Nove de Julho	Choque	Tráfego	Bomba de Gás Lacrimogêneo	El País
02.12.2015	com repressão	Teodoro Sampaio	Choque	Tráfego	Bomba de Gás Lacrimogêneo	El País
03.12.2015	com repressão	Minhocão	PM	-	Bomba de Gás Lacrimogêneo	El País
03.12.2015	com repressão	Faria Lima	Choque	-	Bomba de Gás Lacrimogêneo	Carta Capital
04.12.2015	com repressão		PM	-	Bomba de Gás Lacrimogêneo	El País
09.12.2015	com repressão	República	Choque	Black Block	Bomba de Gás Lacrimogêneo	El País